

#OCUPAPARANÁ – AS OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS PARANAENSE EM OUTUBRO DE 2016

Conrado Pereda Minucelli¹

Jaqueline Aparecida Alves dos Santos²

Osmir Dombrowski³

RESUMO: O presente trabalho empreende a reconstituição de uma cronologia dos acontecimentos que cercam o movimento das ocupações de escolas públicas paranaense por estudantes secundarista em outubro de 2016, seguida por uma descrição sucinta da organização interna das ocupações e conclui com a apresentação de algumas reflexões sobre aspectos particularmente relevantes para a análise dos movimentos sociais no século XXI. O trabalho está baseado em observações *in loco* de ocupações ocorridas nas cidades de Cascavel e Toledo no extremo oeste do estado, complementadas por informações divulgadas pela grande imprensa e por diferentes canais na internet.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupações; Movimento Estudantil; Secundaristas; Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

Durante o mês de outubro, início da primavera de 2016, estudantes secundaristas ocuparam 850 escolas públicas no estado do Paraná em protesto contra a MP 746 que instituiu a reforma do ensino médio e a

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

² Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE.

³ Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Coordenador local do PIBID/CAPES. E-mail: osmirdom@yahoo.com.br

PEC 245 que congelou por vinte anos os investimentos públicos em políticas sociais. Esse movimento surpreendeu a todos por sua magnitude e pela velocidade *viral* com que se propagou, contagiando até estudantes de escolas de pacatos distritos rurais. O estudo aqui apresentado é resultado de observações feitas diretamente em ocupações nas cidades de Cascavel e Toledo durante as quais foram efetuadas entrevistas, rodas de conversa e bate-papos com os estudantes mobilizados, complementadas por informações divulgadas pela grande imprensa e por diferentes canais na internet. Em algumas escolas foi possível acompanhar todo o processo, desde antes da tomada de decisão pela ocupação, a organização e o andamento das atividades ao longo do tempo em que escola esteve ocupada, até sua desocupação ao final. Assim foi possível perceber o sentimento de indignação que motivou aqueles jovens, com muito pouca experiência política, a protagonizarem um dos maiores movimentos da história do país e acompanhar a forma como a escola, um espaço público tradicionalmente identificado como hierárquico e repressor, foi reconfigurada por uma prática baseada em relações horizontais e transformada, ainda que por um breve momento, em espaço do exercício de liberdade por grupos e segmentos excluídos e/ou subordinados.

Para compreender o movimento em sua totalidade, o mesmo não pode ser isolado do conjunto de fatos que marcam o cenário político brasileiro pós-2013 que inclui o movimento que culminou com a deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff e o estabelecimento de um governo comprometido com uma pauta reconhecidamente neoliberal, a postura autoritária do governo do Paraná que recentemente submeteu professores e demais servidores do estado a uma repressão brutal em evento conhecido como o “massacre de 29 de abril”; assim como a ocupação dos espaços públicos por novos atores – ou por atores não tão novos, mas que assumiram novas formas de organização e manifestação⁴. Tudo isto ao lado de causas de natureza mais profunda, como a estrutura arcaica, repressiva e desmotivadora do sistema escolar público e a cultura hegemônica que nega ao jovem a sua autonomia e menospreza o valor

⁴ Pensamos aqui principalmente no que sido designado como “onda conservadora” (DEMIER e HOEVELER, 2016).

da sua participação política; bem como as grandes transformações na organização do capitalismo que sob a orientação do projeto neoliberal, dissemina incertezas, sobretudo, para aqueles que estão prestes a entrar para o mercado de trabalho.

Evidentemente que nas dimensões modesta desse trabalho não é possível abordar todas essas variáveis com um mínimo de profundidade. De modo que, abdicando de qualquer ambição explicativa totalizadora, nos contentamos aqui em efetuar a reconstituição de uma cronologia dos principais acontecimentos noticiados ao longo do mês de outubro de 2016 em uma primeira seção, para em seguida fazer uma breve descrição da organização interna das ocupações e finalizar com a apresentação de algumas reflexões sobre aspectos particularmente relevantes para a análise dos movimentos sociais no século XXI.

CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS

Em 02 de dezembro de 2015 o presidente da Câmara dos Deputados autorizou a abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff. Concluído na Câmara o processo seguiu para o Senado Federal. Em 12 de maio de 2016 o senado aprovou a abertura do processo afastando provisoriamente a presidenta eleita até a sua conclusão. Naquele momento o então vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o cargo de presidente e não demorou em deixar clara sua intenção de aplicar rigorosamente o receituário neoliberal e promover um corte profundo nos gastos com políticas sociais. Apenas um mês depois, em 15 de junho de 2016, o interino apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC-241) estabelecendo como regra que por um período de vinte anos os gastos públicos terão crescimento limitado ao valor da inflação⁵. A apresentação da PEC-241 ainda durante a sua interinidade foi a forma encontrada pelo vice-presidente para demonstrar publicamente suas intenções e consolidar o apoio das forças que naquele momento trabalhavam para derrubar a presidenta eleita. Em 31 de agosto de 2016, na conclusão de um tumultuado processo que praticamente paralisou

⁵ <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>.

o governo por dezoito longos meses, a presidenta Dilma Rousseff foi deposta pela Câmara dos Deputados e o interino Michel Temer assumiu definitivamente a presidência, comprometido com uma pauta neoliberal de reformas.

Em 22 de setembro de 2016 o governo federal divulgou Medida Provisória reestruturando o Ensino Médio brasileiro (MP-746). A medida causou surpresa entre especialistas dentro e fora do Estado. Primeiro porque o ministro da educação havia assumido no dia 1º de setembro, e apenas vinte e dois dias depois, de forma intempestiva, o governo encaminha, por medida provisória, uma mudança de tamanha profundidade. Segundo, porque desde 2013 estava em debate no Congresso Nacional um projeto de lei com a finalidade de estabelecer novas diretrizes para o Ensino Médio. A tramitação daquele projeto e os debates nas comissões técnicas do Congresso vinham sendo acompanhados pela comunidade organizada em torno do Movimento Nacional pelo Ensino Médio (MNEM)⁶ e suas ações já haviam produzido um substitutivo ao PL 6840/13 aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2014. Terceiro, como não podia deixar de ser, pela forma como foi encaminhada, a reforma pretendida pelo governo apresentava inúmeros pontos que foram prontamente rechaçados pelo MNEM e especialistas da área. Entre os quais destacam-se: a) o desmembramento do currículo em cinco partes ou “itinerários

⁶ O Movimento Nacional pelo Ensino Médio foi criado por dez entidades do campo educacional – ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação), CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), FORUMDIR (Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), CONIF (Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica) e CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e foi criado no início de 2014 com vistas a intervir no sentido da não aprovação do Projeto de Lei no 6.840/20131. Para esse fim empreendeu um conjunto de ações junto ao Congresso Nacional e ao Ministério da Educação, além de criar uma petição pública. Destas ações resultou um Substitutivo por meio do qual, se não se logrou obter avanços, ao menos evitou-se o maior retrocesso. O Substitutivo ao PL 6.840/13 foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados em dezembro de 2014.

formativos”, sob o argumento de dar aos alunos a opção de escolher a formação para a qual se julgarem vocacionados. O movimento denunciou que na prática não serão os alunos, mas os sistemas oficiais que decidirão quais os itinerários poderão ser cursados, pois a MP não determina que todas as escolas ofereçam os cinco itinerários. b) A despeito de muitos esforços empreendidos pelos governos federal e estaduais nos últimos anos para melhorar a formação de professores, a MP estabelece que pessoas sem formação específica possam assumir disciplinas para as quais não foram preparadas com base em um suposto e indefinido “notório saber”. c) A MP-746 determina a ampliação da carga horária do nível médio, com a implantação do ensino em tempo integral, sem considerar que, em sua grande maioria, as escolas públicas brasileiras não possuem sequer espaço físico para a prática de atividades fora da sala de aula e o período integral não pode se reduzir ao confinamento de estudantes em sala por um dia inteiro. A MP também não explica o que acontece com o atual período noturno, deixando implícito o seu fim, e com ele a única oportunidade de estudo dos estudantes trabalhadores. d) O “itinerário” profissionalizante estabelecido pela MP-746 indica o caminho da privatização, por meio de “parcerias”, posto que as redes públicas estaduais não dispõem de estrutura física e de pessoal para esse tipo de atividade. e) Por fim, a retirada da obrigatoriedade das disciplinas de Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia representa a opção do governo por um tipo de saber tecnicista e acrítico, e a negação ao estudante do seu direito ao conhecimento integral.

Na noite de 03 de outubro cerca de 30 estudantes ocuparam as instalações do Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, em protesto contra a MP-746 e a PEC-241. O jornal paranaense *Gazeta do Povo*, um dos mais influentes do estado, dava a notícia sem grande destaque: “A ocupação foi definida, segundo os estudantes, sem a liderança de um movimento específico, após um debate realizado na última sexta-feira (30)”. No encontro, informava o jornal, se reuniram cerca de 400 estudantes de 27 das 30 escolas estaduais de São José dos Pinhais e a intenção anunciada era ampliar o movimento: “A ocupação não é só dos alunos do Arnaldo – dizia uma estudante

entrevistada – é importante lembrar que outros estudantes estão aqui ou virão para organizar novas ações”. O jornal não tinha como prever, mas estava registrando o início de um movimento que alcançaria cerca de 850 escolas no estado do Paraná⁷.

Na mesma matéria a Gazeta do Povo informava ainda que a Secretaria de Estado da Educação (SEED) comunicou que representantes da secretaria estiveram com os estudantes para explicar que “a reforma será amplamente debatida com a comunidade escolar antes da implementação de qualquer mudança”. Note-se que, apesar de dizer que estiveram na escola, os representantes da SEED parecem não ter entendido a complexidade da situação. Os estudantes não queriam debater a “implementação” das mudanças; eles não concordavam com o teor da reforma imposta por medida provisória e queriam a sua revogação. O fato, entretanto, não indica apenas um ruído na comunicação. Na verdade, ele é expressão de uma conduta conhecida pelos adolescentes; é desta forma que as instituições se relacionam com jovens de uma maneira geral e é essa a relação que se estabelece no interior da escola. Os jovens quase nunca são ouvidos e, quando são, suas opiniões não são seriamente consideradas.

Três dias depois daquela primeira notícia cerca de 30 escolas estavam ocupadas, entre elas Colégio Estadual do Paraná, a maior escola pública do Estado. O roteiro parecia ser sempre o mesmo: os alunos faziam assembleias nas escolas, debatiam a MP-746 e a PEC-241 e deliberavam pela ocupação. De passagem, ao entrevistar alguns alunos sobre o movimento, o jornal deixa perceber a importância da internet no processo de mobilização: uma estudante entrevistada fala que ao acordar na manhã da ocupação tinha “mais de 400 mensagens” no grupo de WhatsApp da sua turma⁸.

No dia 06 de outubro os sindicatos dos docentes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Universidade Estadual de Ponta Grossa anunciam greve a partir de segunda-feira, dia 10. Naquele mesmo dia o

⁷ <http://www.gazetadopovo.com.br/conta/cadastre-se/?referrer=http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/alunos-ocupam-escola-em-sjp-em-protesto-contra-reforma-do-ensino-medio-a1w3v5fr4edc1gpxcu9scixu8>.

⁸ <http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/colegio-estadual-do-parana-e-ocupado-por-alunos-ja-sao-quase-40-escolas-fechadas/>.

sindicato dos professores da rede estadual de ensino básico, APP-Sindicato, também anuncia que está convocando greve a partir do dia 15. Embora colocassem em suas pautas manifestações contra a MP-746 e a PEC 241, se juntando assim aos estudantes mobilizados, os sindicatos docentes estavam se mobilizando por questões salariais: o governo estadual havia anunciado que não cumpriria um acordo anterior que previa reposição de perdas salariais para o próximo mês de janeiro.

Ainda que os jornais insistissem em informar que a Secretaria da Educação do Paraná (SEED) estava acompanhando de perto as ocupações, o governo do estado, em cada declaração, deixava transparecer que continuava não compreendendo o caráter do movimento dos estudantes. No dia 08 de outubro, o G1 – portal de notícias da Rede Globo – reproduziu uma declaração do governador do estado sob a manchete: “Beto Richa diz que alunos não sabem por que estão protestando no Paraná”:

Sindicatos ligados à CUT e ao PT que querem a baderna no país usando, de forma criminosa, as nossas crianças nas escolas que estão nas ruas protestando não sabem nem o que. Numa perfeita doutrinação ideológica das escolas do Paraná e do Brasil. Aqui, talvez, com mais intensidade, pela agressividade dos sindicatos daqui.⁹

A tentativa do governo de ligar o movimento dos secundaristas ao sindical apenas reafirma um tipo de pensamento conservador que trata os estudantes como seres sem agência, incapazes de qualquer ação e que, portanto, se estão se manifestando, é porque estão sendo manipulados por alguém. Esse pensamento será seguidamente reafirmado em diferentes atos e declarações do governo. Não temos como dimensionar a ressonância do argumento junto à toda sociedade, mas entre os estudantes mobilizados ele causou muita indignação, e como tal, funcionou como combustível para os manifestantes. Em 09 de outubro, domingo, mais de 4 mil estudantes realizaram uma manifestação pelas ruas da capital do estado¹⁰. Naquele

⁹<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estao-protestando-nao-sabem-nem-o-que-diz-richa-ocupacao-de-escolas.html>.

¹⁰<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/estudantes-se-reunem-para-protestar-contra-reforma-do-ensino-medio.html>.

momento já eram mais de 50 escolas ocupadas e o movimento que havia se iniciado na região metropolitana de Curitiba, estava presente em mais de 15 cidades, incluindo Toledo e Cascavel, no extremo oeste do estado, onde foram feitas as observações e entrevistas que fundamentam esse trabalho.

Em 10 de outubro estudantes secundaristas compareceram a uma reunião do Comando de Greve da União no Campus de Toledo e informaram que o Colégio Estadual Novo Horizonte havia sido ocupado na véspera, que outras escolas no município de Toledo seriam ocupadas em breve e que eles gostariam de ter o apoio dos professores e estudantes da universidade. Uma rede de apoio foi ativada naquele momento e os secundaristas puderam contar com a presença de docentes da universidade em debates sob a MP-746 e a PEC-241, palestras, oficinas e aulas durante as ocupações.

Naquele mesmo dia a imprensa divulgou um ofício do Ministério Público do Estado do Paraná onde afirma que:

O direito à livre manifestação de pensamento, de associação e mesmo o protesto pacífico diante de posturas tidas como arbitrárias por parte das autoridades constituídas é inerente a todo cidadão, nada impedindo que seja exercitado por meio da ocupação de um espaço público que tem como missão institucional o preparo para o exercício da cidadania (art. 205, da Constituição Federal).¹¹

No mesmo documento o Ministério Público orienta “os órgãos públicos que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes” a acompanharem as ocupações “num viés eminentemente preventivo”.¹² Esse encaminhamento cumpriu uma importante função tranquilizadora, pois conteve parte da pressão que aqueles órgãos recebiam para atuar repressivamente e contribuiu para neutralizar o discurso governista, largamente difundido na imprensa e nas redes sociais, que tentava criminalizar as ocupações.

¹¹ <http://www.educacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=100&tit=Oficio-Circular-no-569--2016-Ocupacao-das-escolas-por-alunos-adolescentes>.

¹² <http://www.educacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=100&tit=Oficio-Circular-no-569--2016-Ocupacao-das-escolas-por-alunos-adolescentes>.

Crescendo em progressão geométrica, em 11 de outubro o movimento secundarista contabilizava 210 escolas ocupadas. Nesta data, os estudantes das universidades estaduais, seguindo o mesmo *modus operandi* dos secundaristas, ocupam os *campi* da Unioeste de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Nesse momento o governador do estado parece mudar sua opinião sobre o movimento e a capacidade de agência dos estudantes e, via *facebook*, convida o presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas, UPES, para dialogar. Ao dirigir-se ao presidente da UPES, entretanto, o governador mostra que, apesar de ter mudado sua avaliação inicial, ainda não havia entendido a dinâmica e a organização do movimento. Ele procurava um interlocutor que falasse em nome de todas as ocupações, quando este não existia. O movimento era completamente descentralizado e cada escola possuía total autonomia de ação. Em coletiva de imprensa na tarde de quarta-feira, 12 de outubro, em Curitiba o presidente da UPES, Matheus Santos, explicou que o convite do governador não seria aceito prontamente e que todos os alunos das escolas ocupadas deveriam ser consultados. O dirigente estudantil demonstrou ter consciência de que o controle do movimento não passava pela UPES como o governo parecia acreditar. Não obstante, por ser dirigente de uma entidade estudantil tradicional, ele não deixaria de tentar uma ação organizadora e centralizadora que ampliasse a influência da sua entidade: “Queremos construir assembleias de maneira democrática. Tem muito estudante que nem conhece a Upes, é preciso que saibam do nosso trabalho.”¹³

A SEED, em mais um movimento visando conter as ocupações, determinou a organização de seminários em todos os seus Núcleos Regionais para debater a reforma do ensino médio no dia 13 de outubro. Os diretores de escolas, ocupadas ou não, receberam instruções para encaminhar para estes seminários representantes dos estudantes, pais de alunos, técnicos e professores. Na maioria dos Núcleos, entretanto, os seminários se tornaram verdadeiros atos de repúdio à MP-746. Os estudantes mobilizados compareceram em grande número aos seminários

¹³<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/estudantes-decidirao-em-assembleias-se-aceitam-dialogar-com-richa-1d3l7nlfhg095gji4r2928it0>.

e reafirmaram a posição do movimento pela imediata revogação da Medida Provisória.

Em 14 de outubro o governo sofreu uma derrota na arena jurídica. A Defensoria Pública do estado derrubou as liminares de reintegração de posse de escolas ocupadas no município de São José dos Pinhais. Naquela data as ocupações já somavam 420 em todo o estado e a derrota do governo funcionou como mais um estímulo para novas ocupações.

Em 17 de outubro já eram mais de 600 escolas ocupadas e o movimento falava em chegar a mil – a rede pública paranaense possui 2148 unidades. Nesta data a Associação dos Conselhos Tutelares do Estado do Paraná (ACTEP) publicou uma nota reconhecendo o “direito dos adolescentes que estão participando do movimento” e recomendando ao sistema de Conselhos Tutelares que os conselheiros “previnam e combatam ações repressivas contra os manifestantes (...)”¹⁴. As recomendações da ACTEP foram importantes para neutralizar as pressões que os conselheiros tutelares estavam recebendo da parte do governo e de setores conservadores de modo geral para tomar medidas repressivas contra os estudantes mobilizados. O discurso conservador, repetido diuturnamente pela imprensa, exigia a intervenção dos conselhos tutelares alegando que crianças e adolescentes que ocupavam escolas estavam fora do alcance do controle paterno e, portanto, expostos ao tráfico de drogas e consumo de álcool nas escolas ocupadas.

No dia 17 de outubro teve início, de fato, a anunciada greve dos professores da rede estadual de ensino básico. O movimento dos professores ofuscou um pouco as ocupações na grande mídia. Nos dias seguintes a imprensa se encarregou de fornecer balanços sobre a adesão à greve e o andamento das negociações com o governo. Não obstante o movimento continuava em ascensão e no dia 20 de outubro o número de ocupações ultrapassava a marca das 700 escolas.

Em 19 de outubro o ministro da educação, Mendonça Filho, e a presidente do INEP, Maria Inês Fini, anunciaram que o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, seria suspenso nas escolas ocupadas caso elas não fossem desocupadas até o dia 31 de outubro. A fala, recebida como

¹⁴ <https://www.facebook.com/ACTEP.PR/posts/1285655121468037>.

arrogante e autoritária, foi a única resposta dada ao movimento pelo Ministério da Educação. A intenção clara do governo era jogar parte da comunidade contra as ocupações, uma vez que o ENEM é aguardado ansiosamente por um grande número de famílias de estudantes que jogam seu futuro naquelas provas¹⁵. Das 2148 escolas estaduais do Paraná, naquele momento pouco menos da metade estava ocupada e entre elas apenas 145 deveriam sediar as provas. Para os estudantes ficou patente que se houvesse um mínimo de boa vontade, as provas poderiam ser remanejadas para outros locais.

Novamente a grande imprensa e a rede governista escolheram o presidente da UPES como interlocutor para saber a posição do movimento diante do fato provocado pelo ministério. O site Paraná Portal, hospedado no portal UOL do grupo Folha de São Paulo, divulgou declaração do presidente da UPES informando que “só quem sabe a possibilidade das escolas serem desocupadas ou não são a maioria dos alunos” e que deveria ser “realizada uma assembleia estadual para definir isso”.¹⁶ O jornal Gazeta do Povo publicou matéria de teor semelhante com título em letras garrafais: “Líderes das escolas ocupadas pedem que governo aguarde decisão da assembleia”.¹⁷ No mesmo dia 19 de outubro, a página #OcupaParaná na internet divulgou uma “Nota de esclarecimento sobre o Enem 2016”, cujo teor oscila entre falar em nome do movimento e reconhecer que as ocupações são autônomas:

Nós do movimento Ocupa Paraná deixamos claro que já nos aproximamos de 800 escolas ocupadas e que não temos intenção alguma de prejudicar ninguém no ENEM, sabemos que os estudantes das 145 escolas não hesitariam em suspender temporariamente as ocupações para que a prova acontecesse (...). No entanto, não cabe a nós

¹⁵ A nota do Enem é usada pela maioria das universidades públicas do país em seus processos seletivos, e também para o financiamento de universidades privadas pelos programas FIES e PROUNI.

¹⁶<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/com-773-escolas-ocupadas-inep-vai-suspender-enem-no-parana/>.

¹⁷<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/lideres-das-escolas-ocupadas-pedem-que-governo-aguarde-decisao-da-assembleia-7ikumc9i7yd30qrkuczivdeh>.

decidir o que fazer nesse caso, essa será mais uma pauta da ASSEMBLEIA ESTADUAL que irá acontecer dia 26 (10 dias antes do prazo dado pelo MEC) e só essa assembleia decidirá quais rumos nossas ocupações tomarão¹⁸.

As declarações do presidente da UPES à imprensa, bem como a nota publicada, explicitam um problema. Até aquele momento cada ocupação era absolutamente autônoma e não havia nenhuma instância deliberativa além das reuniões no interior de cada escola. Mas a assembleia de representantes proposta pelos dirigentes da UPES surgia como uma instância superior, com poder normativo sobre a totalidade das ocupações como se vê na afirmação de que “só essa assembleia decidirá quais rumos nossas ocupações tomarão”. O movimento que em suas origens era autônomo, desburocratizado e estruturado com base na participação direta dos estudantes mobilizados, se via assim, diante de uma estrutura de poder representativa e burocrática.

O caráter burocrático e representativo da nova instância proposta ficou ainda mais evidente no processo de organização da assembleia. A página do *facebook* e o site #OcupaParaná divulgaram uma série de orientações na forma de perguntas e respostas onde se lia:

A assembleia construirá a ponte entre todas as ocupações que hoje passam das 800, para definir os próximos passos da educação e também se os estudantes das ocupações têm interesse em dialogar sobre as demandas especificamente do Paraná com o governo do estado. A defensoria Pública do estado hoje se coloca a disposição e convoca os estudantes e o governo para mediar uma negociação quanto às pautas do estado¹⁹.

Durante os seminários organizados pelos Núcleos Regionais de Educação os estudantes já haviam manifestado claramente que o objetivo das ocupações era protestar contra a MP-746 e a PEC-241 e que nenhum

¹⁸<http://www.ocupaparana.com.br/2016/10/nota-de-esclarecimento-sobre-o-enem-2016.html>.

¹⁹ <http://www.ocupaparana.com.br/p/comunicacao.html>. #ocupaparana #assembleia.

diálogo com o governo seria possível enquanto aqueles instrumentos não fossem revogados. No interior das ocupações poucos compreenderam a proposição da UPES naquele momento de abrir negociação com o governo do estado.

Na sequência, a página orientava os estudantes para que fosse realizada “uma assembleia em cada escola ocupada” onde deveria ser escolhido “o representante da ocupação que virá participar da Assembleia Estadual dos Estudantes”. Após isto, “um dos ocupantes” deveria fazer um cadastro no sistema do site (www.ocupaparana.com.br) por meio de um formulário eletrônico ativado exclusivamente por meio de uma conta no Google (gmail).²⁰ Esses elementos levam a crer que a UPES estava buscando, por um lado, legitimar-se como interlocutora junto ao governo estadual obtendo autorização para falar em nome do movimento em futuras negociações e, por outro, buscava aumentar seu controle sobre o movimento criando uma instância superior, centralizada, com poder vinculante sobre o conjunto das ocupações. Naquela altura dos acontecimentos restava saber se o movimento se submeteria a tal instituição.

Como reconhecimento da legitimidade do movimento, e com uma postura diferente daquela mostrada pelo Ministério da Educação, o Tribunal Regional Eleitoral comunicou no dia 21 de outubro que estava transferindo para locais alternativos a votação que deveria ocorrer em escolas ocupadas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa e Maringá, os três municípios do estado onde seriam realizados segundo turno nas eleições municipais de 2016.

Poucos dias depois o movimento sofreria o primeiro grande abalo. Toda a imprensa noticiou com grande destaque a morte de um estudante no interior de uma escola ocupada. No dia 24 de outubro o estudante Lucas Mota, de 16 anos, foi morto em decorrência de uma briga dentro do Colégio Estadual Santa Felicidade em Curitiba. A escola começou a ser desocupada horas depois do corpo ter sido encontrado. Em entrevista coletiva na qual anunciou que a polícia havia apreendido um adolescente

²⁰ <http://www.ocupaparana.com.br/p/comunicacao.html>. #ocupaparaná #assembleia.

que confessou ter assassinado o colega após uma discussão no interior da escola. O secretário estadual de segurança pública reconheceu que o incidente foi um fato isolado e que, ao contrário do que a imprensa havia especulado, não tinha qualquer relação com o movimento das ocupações. Apesar disso, o secretário afirmou que se tratava de uma “tragédia presumida” por conta do grande número de denúncias de tráfico e consumo de drogas no interior das instituições ocupadas.²¹

O incidente deu novo fôlego para o discurso conservador e animou a ação de reacionários de várias espécies. Para o governador do estado, “A ocupação de escolas no Paraná ultrapassou os limites do bom senso e não encontra amparo na razão, pois o diálogo sobre a reforma do ensino médio está aberto, como bem sabem todos os envolvidos nessa questão”²². A senha estava dada. Grupos organizados passaram a ameaçar e a atacar ocupações. Relatos anteriores informavam que ações desse tipo vinham sendo empreendidas por pessoas identificadas como membros do MBL, Movimento Brasil Livre. Em 19 de outubro secundaristas que ocupavam o Colégio Estadual do Paraná, a maior escola pública do estado, denunciaram que viveram momentos de assédio e terror quando cinco homens, apresentando-se como integrantes do MBL, liderados por um candidato a vereador derrotado nas últimas eleições em Curitiba, tentaram invadir o Colégio. Vídeo divulgado dia 24 de outubro pelo movimento Advogados Pela Democracia mostra a ação de um grupo de pessoas arrombando os portões adentrando as dependências do Colégio Estadual Guido Arzo em Curitiba. Ações desse tipo proliferam por todo o estado e cenas como a registrada no vídeo se repetiriam em muitas escolas gerando um clima de terror²³.

No dia 26 de outubro aconteceu em Curitiba a aguardada assembleia estadual dos representantes das ocupações. A reunião contou com a presença de delegados de cerca de 600 das escolas ocupadas e foi

²¹<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/24/amigo-matou-colega-a-facadas-em-escola-diz-secretario-de-seguranca-do-pr.htm>.

²²<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/adolescente-e-encontrado-morto-dentro-de-colegio-estadual-ocupado.html>.

²³<http://www.esmaelmorais.com.br/2016/10/richa-organiza-milicias-fascistas-para-desocupar-900-escolas-no-parana/>.

acompanhada por membros da Defensoria Pública e do Ministério Público do Paraná, mas a imprensa não pôde acompanhar e os participantes firmaram um acordo para que ninguém concedesse entrevista²⁴. Ao final, foi divulgado na página #OcupaParaná um comunicado contendo uma lista um tanto confusa com as “principais pautas levantadas” pela assembleia, mas finalizado com uma informação de extrema relevância:

Para finalizar informamos também que NÃO HÁ nenhuma orientação para desocupação de escolas, entendemos em assembleia que esta decisão cabe APENAS ao conjunto dos estudantes de cada escola e não é uma decisão coletiva. Sendo assim, os estudantes em cada escola podem decidir se vão ou não desocupar suas escolas. Na assembleia, no entanto ficou claro que não haverá desocupação sem a garantia do atendimento de nossas pautas²⁵.

O movimento reafirmava, assim, a autonomia das ocupações, negando a transferência do poder local para outra instância.

A inexistência de alguém que falasse em nome de todo o movimento era um problema que se recolocava constantemente. A grande imprensa mostrou que tem dificuldades para se relacionar com um movimento descentralizado e não-hierárquico e em diversos momentos indicava o presidente da UPES como “líder” ou “direção” das ocupações, como quem procura um novo Lindberg entre os “caras pintadas”²⁶. Mas no dia 26 de outubro a imprensa encontraria outro “porta voz” dos secundaristas. A estudante Ana Júlia Ribeiro, aluna do Colégio Estadual Senador Alencar Manuel Guimarães, de apenas 16 anos, falou por dez minutos na tribuna da Assembleia Legislativa do estado. Ela foi convidada pelo deputado

²⁴<http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/estudantes-do-parana-discutem-em-assembleia-rumos-das-ocupacoes.html>.

<https://cbncuritiba.com/2016/10/26/estudantes-realizam-assembleia-sobre-ocupacao-das-escolas-no-parana/>.

²⁵<http://www.ocupaparana.com.br/search?updatedmax=20161103T14:57:0007:00&max-results=1&reversepaginate=true> (Destaque dos autores).

²⁶ Lindberg Farias, hoje senador da república era presidente da UNE durante o movimento pelo impeachment do presidente Collor e foi apresentado nacionalmente pela imprensa como o “líder dos caras pintadas”.

oposicionista Tadeu Veneri (PT) para falar como resposta a um grupo de estudantes contrários às ocupações que haviam falado no dia anterior a convite da bancada governista. Em seu discurso a jovem secundarista defendeu a legitimidade das ocupações, criticou a MP-746, a PEC-241 e o projeto Escola Sem Partido, e rechaçou o discurso criminalizador fazendo um convite para que todos os deputados fossem conhecer as ocupações para compreender como o movimento acontecia de fato. O vídeo com o discurso emocionado da estudante viralizou na internet. Em pouco tempo, até então desconhecida, estudante estava na pauta dos principais jornais do país e de alguns veículos internacionais. A prestigiada revista Forbes publicou em seu site que “Nas últimas 24 horas, o Brasil foi apresentado ao que muitos brasileiros acreditam que é a mais promissora voz ouvida em muitos anos”²⁷. O blog do jornalista Esmael de Moraes, ativista de oposição aos governos estadual e federal, anunciou em manchete no dia 28 de outubro que a “Estudante Ana Júlia, *porta-voz das escolas ocupadas*, denunciará à ONU milícias fascistas de Beto Richa no Paraná”, dando conta de que a rede política de oposição levaria a jovem ao Senado Federal e, depois, à Organização das Nações Unidas, fazendo um uso particular do movimento²⁸.

A reação governista não tardaria, e viria na forma de repressão jurídico-policial e pela ação de tropas auxiliares mobilizadas pelo governo. No dia 27 de outubro o Paraná Portal noticiou a reintegração de posse de 25 escolas da região de Curitiba: “A liminar foi concedida a pedido da Procuradoria Geral do Estado. Na decisão, a juíza Patrícia de Almeida Gomes, da 5ª Vara de Fazenda Pública, estabelece ainda uma multa no valor de R\$ 10 mil por dia em caso de descumprimento”. No despacho a magistrada determinava também à polícia militar que tomasse “as providências necessárias para assegurar o cumprimento da decisão”²⁹.

²⁷<http://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2016/10/27/forbes-discurso-da-estudante-ana-julia-e-o-futuro-da-juventude-do-brasil/>.

²⁸<http://www.esmaelmorais.com.br/2016/10/estudante-ana-julia-porta-voz-das-escolas-ocupadas-denunciara-a-onu-milicias-fascistas-de-beto-richa-no-parana/> (Destaque dos autores).

²⁹<http://paranaportal.uol.com.br/cidades/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-25-escolas-ocupadas-em-curitiba/>.

No dia 28 de outubro membros da comunidade fizeram um cordão de isolamento em torno do Colégio Estadual Pedro de Macedo em Curitiba para conter a ação de agentes do MBL que tentavam forçar sua desocupação³⁰.

No dia 31 de outubro, após a justiça autorizar o governo a cortar os salários dos professores em greve, uma assembleia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) delibera pelo fim da greve dos professores. O movimento sofria mais um revés, desta vez, partindo do interior da sua rede de sustentação. Na assembleia dos professores, uma aluna do Colégio Estadual Arnaldo Jansen, a primeira escola ocupada no Paraná, chorou enquanto criticava o que avaliava como “traição” dos professores que votaram pela suspensão da greve³¹.

No dia 03 de novembro, sintomaticamente no dia em que o movimento completou um mês, a polícia fazia cumprir a determinação judicial de reintegração de posse de 23 escolas³². Nesse mesmo dia o Blog do Esmael e o portal G1 noticiavam que a Procuradoria Geral do Estado havia requerido a extensão dos efeitos daquela liminar para todas as demais escolas no estado³³.

Na tarde da sexta-feira 04 de novembro a polícia militar entrou no Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen e retirou os estudantes que saíram pacificamente após terem permanecido no local por 32 dias³⁴. Algumas poucas ocupações ainda resistiram por mais alguns dias.

<http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-dezenas-de-escolas-do-pr.html>.

³⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=wc2eMsPHu7c>.

³¹ <http://www.esmaelmorais.com.br/2016/10/estudante-vai-as-lagrimas-pela-traicao-de-professores-que-suspenderam-greve-no-parana-assista/>.

³² <http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/reintegracoes-de-1a-liminar-contras-escolas-ocupadas-em-curitiba-sao-cumpridas/>.

³³ <http://www.esmaelmorais.com.br/2016/11/beto-richa-quer-desocupar-a-forca-todas-as-escolas-do-parana/>.

<http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/11/estado-pede-reintegracao-de-posse-de-44-escolas-ocupadas-em-curitiba.html>.

³⁴ <http://pr.ricmais.com.br/educacao/noticias/pm-cumpre-reintegracao-de-posse-em-primeira-escola-ocupada-no-parana/>.

A ORGANIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

O roteiro das ocupações no Paraná estava dado desde a primeira, ocorrida no Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, e apresenta os seguintes passos: um debate sobre a MP-746 e a PEC-241, seguido pela organização de uma assembleia na escola, a ocupação das instalações com a tomada do controle sobre o acesso às instalações, organização e resistência. Por vezes esse roteiro não foi rigorosamente seguido, com alguma parte sendo suprimida ou alterada, porém, em seus traços centrais, ele descreve o processo com bastante propriedade.

No capítulo inicial já se configura alguns dos primeiros, e decisivos, embates. Por um lado, os estudantes mobilizados enfrentam a oposição das direções das escolas. Por outro, a indiferença dos seus próprios colegas. As escolas tradicionais normalmente oferecem inúmeras razões para a indignação dos estudantes (Ver por exemplo, LIBANEO,1992 e SAVIANI, 1991) e no sistema de ensino do estado do Paraná a situação não é diferente. As escolas públicas paranaenses, em sua maioria, são instalações insuficientes e deterioradas, com um corpo de técnicos e docentes sobrecarregados, mal remunerados e desmotivados, e que fazem da imposição de uma disciplina rigorosa e constante o principal recurso para obter dos alunos o comportamento por eles esperado. Por isso a manutenção da disciplina é uma das mais importantes funções dos dirigentes escolares. Nessa escola rigorosamente disciplinada não existe espaço para a manifestação de saberes e valores diferentes, e até mesmo os elementos da vida sentimental, afetiva e sexual dos sujeitos são negados e reprimidos. Em uma escola assim, um debate proposto e organizado pelos estudantes, sobre assunto de seu interesse, não é algo que se realize tranquilamente; pelo contrário, ele tende a aparecer como uma grande ameaça à ordem estabelecida. Na iminência de uma reforma do sistema imposta por medida provisória, entretanto, algumas direções de escolas não apenas não tinham argumentos para impedir a organizações de debates sobre o tema, como, muitas vezes, elas mesmas estavam interessadas em conhecer em detalhes o teor da MP-746 e da PEC-241.

De um modo geral, os secundaristas em processo de mobilização contam com a insatisfação generalizada que eles sabem existir entre seus colegas para angariar apoio. No cotidiano os estudantes não se submetem passivamente à rigidez disciplinar das escolas; eles desenvolvem táticas e estratégias de resistência, mobilizam recursos e criam alternativas³⁵. Não obstante, a passagem daquelas formas de resistência encontradas no cotidiano da instituição para uma ação coletiva protesto representa uma grande transformação que, como toda ruptura no cotidiano, é cercada por incertezas e insegurança. No caso do #OcupaParaná, o peso de elementos prévios de organização ou experiência política nessa passagem foi incerto e irregular. Em algumas escolas observadas grêmios estudantis e representantes de sala foram importantes agentes de mobilização e em torno deles se formou o grupo embrionário que deu origem ao processo de ocupação. Em outras, a mobilização se deu à revelia daquelas instituições, com pequenos grupos de estudantes indignados se organizando por meio das redes sociais. De resto, a grande maioria dos jovens que protagonizaram as ocupações tinha muito pouca, ou nenhuma, experiência política anterior; nunca havia participado de qualquer movimento ou manifestações políticas e sequer tinha votado em alguma eleição.

Ocupada uma escola todos os poderes instituídos eram suspensos e novas relações estabelecidas. A primeira medida adotada pelos ocupantes era constituir comissões autogeridas, responsáveis pela execução de atividades essenciais como segurança, ações pedagógicas e culturais, cozinha, limpeza, comunicação, mobilização etc. As tarefas práticas eram divididas, mas a unidade política preservada: todos os dias os estudantes se reuniam para analisar o desenrolar da conjuntura e deliberar coletivamente sobre os rumos e ações do movimento. Nesse ponto ficou evidente a influência das orientações disponíveis na internet sobre a organização das ocupações. Alguns dias após o início do movimento o site #OcupaParaná já exibia a página #Como Ocupar, contendo “10 Passos para Ocupar uma Escola”³⁶. As orientações que constavam na página eram uma versão

³⁵ Sobre a resistência no cotidiano ver Michel de Certeau (1998) e sobre o cotidiano escolar Peter McLaren (1992).

³⁶ <http://www.ocupaparana.com.br/p/como-ocupar.html>.

resumida da cartilha “Como ocupar um colégio?” que circulou entre os secundaristas de São Paulo durante as ocupações de 2015, a qual por sua vez, consistia na tradução de uma publicação de estudantes da Argentina e do Chile (CAMPOS, MEDEIROS E RIBEIRO, 2016; pp. 338-345).

Quem visitou uma escola no período da ocupação, ao chegar encontrou um grupo de alunos controlando o acesso, cuidando para que apenas membros da comunidade escolar entrassem e, quando autorizado, registrando nome, data, hora e motivo da entrada do visitante. No interior, ao lado de faixas e cartazes feitos à mão com palavras de ordem contra a reforma do Ensino Médio e em defesa da educação pública, o visitante podia ver cartazes com regras e normas de conduta alertando para a necessidade de manter a limpeza do local e proteger equipamentos e instalações da escola, e proibindo taxativamente o consumo de bebidas alcoólicas e outras drogas no interior da escola. Essa proibição, mais que um caráter moral, cumpria uma função política de combate ao discurso criminalizador difundido pela mídia tradicional e repetido na internet que denunciava o consumo de drogas nas ocupações. É importante observar que o consumo de álcool e outras drogas, assim como o envolvimento de estudantes com o tráfico e até mesmo a morte de jovens são eventos que fazem parte do cotidiano da maioria das escolas brasileiras e constituem uma realidade cuja dinâmica foi muito pouco afetada pelo advento das ocupações. Tais eventos, entretanto, não recebem no dia a dia o destaque no noticiário que tiveram durante as ocupações.

Durante os dias, as escolas ocupadas eram frequentadas por um grande número de estudantes que participavam das mais diversas atividades. As aulas de preparação para o ENEM, quando ocorriam, normalmente eram bastante concorridas, assim como oficinas sobre temas curriculares e extracurriculares. A prática de atividades lúdicas e esportivas também foi constante durante o período das ocupações que acompanhamos. Para divulgar a programação das atividades os estudantes recorriam, principalmente, às páginas do *Facebook* e também ao *Twitter* e ao *WhatsApp*. Não eram todos que pernoitavam nas escolas ocupadas. Na maior parte dos casos, apenas um pequeno grupo com cerca de 20 a 40 estudantes dormia no local, em colchonetes ou colchões de ar, espalhados

por salas transformadas em alojamentos feminino e masculino separados. Para a alimentação e a higiene pessoal também muitos voltavam para suas casas, mas as refeições coletivas, feitas com alimentos doados pela comunidade, eram constantes. Em alguns casos os estudantes usavam a infraestrutura da escola, em outros, foram improvisadas cozinhas com equipamentos próprios para acampamento, também emprestados pela comunidade. Algumas ocupações deliberaram por usar o estoque de alimentos da merenda escolar, entendendo que não havia qualquer desvio da finalidade dos mesmos, outras preferiram usar apenas alimentos recebidos em doação.

Se um visitante qualquer procurasse o “líder” ou “porta-voz” da ocupação, não teria sucesso. Somente encontraria coletivos, equipes ou comissões, responsáveis pela execução de diferentes tarefas, entre elas, a comunicação com a comunidade interna e externa. Isto, entretanto, não impediu que durante o processo, aqui e ali, algumas pessoas se destacassem entre as demais, quase sempre por sua disposição e entrega ao movimento, e se tornasse uma espécie de referência para os colegas. Nesse ponto chamou a atenção nas escolas acompanhadas o grande número de meninas e de pessoas LGBTs que assumiram a frente dos trabalhos, atribuindo à escola um perfil diferente. A organização horizontal do movimento, ao abolir as hierarquias anteriormente instituídas, permitiu uma expressão maior de pessoas e segmentos, normalmente, subordinados e/ou excluídos e provocou uma ressignificação do espaço público (GOHN, 2014): a escola, palco das ocupações, foi transformada de instrumento de repressão e reprodução das desigualdades em um espaço de exercício da liberdade e da autonomia onde todas as individualidades são respeitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em trabalho recente, Maria da Glória Gohn classifica os movimentos como clássicos, novos e novíssimos. Os clássicos são aqueles “que se organizavam de forma tradicional, no meio rural ou urbano, especialmente os de partidos políticos, sindicatos, movimentos rurais e organizações oficiais de estudantes, a exemplo da UNE” (GOHN, 2017,

p. 20). Suas estruturas são rígidas e “copiadas de partidos hierarquizados, com concepções e estruturas organizacionais centralizadas, focalizadas em líderes e lideranças” (IDEM, p.20). Para a autora, esses movimentos ainda que nos dias atuais utilizem intensamente a internet, as redes sociais e diferentes tipos de mídias como ferramentas de apoio, “pouco se reinventaram” e, em sua maioria, “ainda tem as mesmas estruturas e formas de agir do século XX”, e não alteraram o “modo centralizado de operar repertórios e se relacionar com suas bases” (IDEM, p. 20-1). Os novos movimentos sociais, por sua vez, surgiram nas últimas décadas do século XX e “se organizaram ao redor de questões de gênero, etnia, culturais, ambientalistas etc. (...) ou como movimentos populares de demandas sociais urbanas” (IDEM, p. 19). São movimentos que “tinham na identidade cultural seu eixo articulatório central” (Idem, p.19), “buscavam se firmar pela identidade que construíam – ser mulher, ser negro, ser jovem, ser índio, ser morador de periferia etc.”, e em contraste com os movimentos clássicos, se organizavam em estruturas menos rígidas e menos verticalizadas. Para Gohn, estes movimentos novos, “criados a partir do final da década de 1970”, ainda hoje “mantêm o perfil de movimentos de luta pela identidade cultural”, mas alteraram suas práticas cotidianas e as relações diretas, baseadas em reuniões e assembleias “deixaram de predominar”. Para a autora, estes movimentos “articularam-se em redes, junto com ONGs, e passaram a atuar focalizando muito nos processos participativos institucionalizados, (...) e em programas e projetos de parceria criados pelas administrações públicas”. (IDEM, p. 21)

Por fim, Gohn identifica a entrada de “novíssimos sujeitos em cena”, a partir de 2013. Estes “não são homogêneos” e “representam diferentes correntes e contracorrentes do mundo da política e da cultura” (GOHN, 2017, p. 21), não obstante, criados na era da internet, eles são “plurais, mais autônomos, mais horizontais porque nascem de redes de grupos ou coletivos” (IDEM, p. 24). Os coletivos, segue a autora, “são vistos como agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos” (IDEM, p. 23). E a própria rede atua como “organização-suporte”, agindo como “filtro que agrega ou separa correntes de contracorrentes”. Para Gohn,

“as redes sociais virtuais, digitais, são a forma básica de constituição e atuação da maioria dos coletivos” (IDEM, pp. 24-5). Também Hardt e Negri (2014, p. 120) sugerem que os movimentos neste início de século XXI, não apenas “utilizam tecnologias como a internet como ferramentas de organização, como também começam a adotar tais tecnologias como modelos para suas próprias estruturas organizacionais”. A ideia central aqui, em grande medida presente também em Castells (2013), é que a estrutura policêntrica da *web* imprime nos movimentos que se organizam a partir do ciberespaço, características como a horizontalidade e a irredutibilidade de seus nodos a um comando central unificado.

Se admitirmos que esse início de século está testemunhando a manifestação de novíssimas formas de movimentos sociais como sugere Gohn (2017), a relação do movimento de ocupações paranaense com as entidades clássicas do movimento estudantil fornece uma boa chave para compreender e – por que não? – problematizar as transformações pelas quais passam os movimentos sociais nesse início de século XXI.

O *site* #OcupaParaná e a página no *Facebook* organizados pela UPES se consolidaram como importantes referências, principalmente, para quem buscava informações sobre o movimento. No entanto, as relações que se estabeleceram entre aquela entidade e o conjunto das ocupações foram ambíguas e eivadas de contradições. Isso fica bastante evidente quando, como relatado acima, o presidente da UPES, embora reconhecendo a autonomia das ocupações que escapam ao controle da sua entidade, propõe a realização de uma assembleia estadual para decidir sobre os rumos do movimento, incluindo possíveis desocupações para a realização do ENEM. O dirigente secundarista parece não perceber que estava propondo a criação de uma instância superior com poderes normativos sobre um movimento, que até aquele momento era constituído por ocupações autônomas e independentes, geridas exclusivamente em nível local. Na prática, ele estava propondo duas concepções distintas de democracia. O caráter da assembleia então proposta é essencialmente representativo e centralizador: tratava-se da organização de uma reunião de “representantes” das ocupações que, uma vez instituída, deveria ter suas decisões acatadas por todo o conjunto do movimento. Nas palavras

do dirigente da UPES, “somente a assembleia” poderia tomar a decisão de desocupar uma escola para a realização do ENEM. Do outro lado, permanecia a experiência vivida no cotidiano das ocupações do exercício permanente de uma democracia direta, sem mediadores ou representantes. Ao fim, como se viu, os estudantes não estavam dispostos a abrir mão de sua autonomia em benefício de qualquer instância de poder superior, centralizada, e se manifestaram no sentido de que a desocupação de uma escola era uma decisão que somente caberia aos estudantes da própria escola.

A UPES é uma instituição clássica, típica do século XX, que se apresenta como “a entidade máxima de *representação de todos(as) os(as) estudantes* de ensino fundamental, médio, técnico, pré-vestibular e ensino para jovens e adultos das redes pública e particular municipal, estadual e federal”³⁷. Esse caráter de “entidade representativa” presente na autoidentificação da UPES não pode ser negligenciado. Lavalle, Houtzager e Castell (2006) chamam a atenção para o fato de que os problemas da representação política há tempos transbordam os limites do sistema eleitoral e partidário alcançando movimentos e associações da sociedade civil e embora estes últimos sejam frequentemente saudados como responsáveis pelo aprofundamento da democracia, têm sido pouco analisados sob o prisma da representação política.

No cotidiano o movimento estudantil secundarista³⁸ existe nas escolas, nos pátios, corredores e salas de aulas. Apenas extraordinariamente ele sai dos colégios para se manifestar em outros espaços, quando assume a forma de passeata, marcha, comício, ato público etc. Tais manifestações públicas do movimento, entretanto, são ocasionais e tendem a ocorrer em conjunturas específicas de radicalização dos conflitos. No dia a dia, sua presença nos espaços públicos, assim como a de muitos outros movimentos, se faz por meio da ação de representantes, sejam eles membros orgânicos, líderes, ou porta-vozes instituídos. Esta é uma das funções esperadas dos institutos de representação política: efetivar a presença do representado nas diferentes arenas políticas, publicizando seu repertório de demandas,

³⁷ <http://upespr.webnode.pt/sobrenos/> (Destaque dos autores).

³⁸ O mesmo se poderia dizer do universitário que, entretanto, não é objeto desse estudo.

interesses, vontades, ou simplesmente divulgando a sua visão de mundo. Outra; segue em sentido oposto; e deve levar as disputas e conflitos que se estabelecem na esfera pública até a presença dos representados. É isso que permite a unificação de lutas particulares e esparsas em um mesmo movimento. Na prática do movimento estudantil é o que significa levar as questões políticas “para dentro das salas de aula”.

Nossa hipótese é de que estas funções da representação, no âmbito dos movimentos aqui observados, têm sido profundamente atingidas pelo desenvolvimento da internet e das redes sociais. Como ferramenta de comunicação de fácil acesso e grande poder de difusão, por um lado, a internet permite que as pessoas se façam presentes em diferentes arenas tornando possível a publicização de demandas, o compartilhamento e a articulação em redes independente da figura de um representante, fazendo com que ele deixe de ser visto como necessário. Por outro, proporciona um controle mais efetivo e constante sobre a fala e ações daqueles que assumem a função de representantes aumentando a inevitável dissociação entre representantes e representados reduzindo exponencialmente a margem de dissintonia entre ambos. Por isso, por mais que entidades como a UPES estejam presentes no ciberespaço e lancem mão das novas tecnologias de comunicação, constituam e participem de redes, elas não conseguem impedir o crescimento progressivo da fissura existente entre entidade e movimento, representante e representado, e o consequente aumento de manifestações independentes, que escapam ao seu controle. Nesse sentido parece forte a hipótese de Hardt e Negri (2014) de que as ações de resistência atuais, os protestos e manifestações, cada vez mais tendem a assumir a forma de uma multidão e, como diz Negri (2004), “a multidão desafia qualquer conceito de representação”.

Nas ocupações de outubro no Paraná se pôde testemunhar a manifestação de um movimento que não queria ser representado. Um movimento que, em determinado momento, recusou taxativamente a representação. A contrapartida desse tipo de ação, entretanto, é que a falta de um porta-voz legitimamente constituído, de alguém que tenha autorização para falar em nome do movimento, permite que uma multiplicidade de vozes seja ouvida. A polifonia instituída não chega a constituir um

problema, podendo, pelo contrário, até ser considerada uma vantagem do ponto de vista da expressão da diversidade que tende a ser sacrificada em nome da unidade política instituída na figura de um representante. Mas a falta de mecanismos – ou momentos – de expressão da vontade coletiva pode permitir que alguém, do interior do próprio movimento, mas dispondo de mais recursos como, por exemplo, maior acesso a canais de comunicação, ou integração em redes mais amplas, possa fazer sua voz se sobrepor à dos demais. E, o que é ainda mais grave, a ausência de uma referência clara permite que forças externas ao movimento – sejam apoiadoras ou adversárias, de boa ou de má-fé – se sintam livres para agir como se o seu discurso sobre o movimento correspondesse plenamente ao conteúdo do próprio movimento ou como se o sentido do movimento correspondesse exatamente aos seus interesses particulares. Nesses casos, todos os problemas e distorções da democracia atribuídos à representação, expulsos pela porta, retornam, sorrateiramente, pela janela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, A. J. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEMIER, F.; HOEVELER, R. *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- GOHN, M. da G. *Manifestações de junho de 2013 e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____. *Manifestações e protestos no Brasil – correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão – Guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

- LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; e CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova* [online]. 2006, n.67, pp.49-103.
- LIBANEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MCLAREN, P. *Rituais na escola*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- NEGRI, A. Para uma definição ontológica da Multidão. *Lugar Comum*, n° 19-20, janeiro de 2004.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez, 1991.

